

Nota Informativa

Edição 026/2023

DESTAQUES

- Minicom terá nova regra para R\$ 1,2 bilhão do FUST em 100 dias
- Regulação de redes sociais sai ainda neste semestre, afirma Cappelli
- MCom lança editais para compor Conselho Consultivo da Anatel
- Unesco convida Lula para fórum que debate a internet
- MCom estuda nova política de universalização da Internet, mas não haverá subsídios
- Ceará terá 7000 mil km de fibra óptica e prepara compra de nuvem privada
- Cade sedia seminário internacional sobre defesa da concorrência

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Em 40 dias, MCom instala 282 pontos de internet do Wi-Fi Brasil
- TikTok relata 10,5 mil vídeos derrubados em 8/1
- Universalização da conectividade e atualização das regras para radiodifusão estão entre prioridades, diz ministro
- Conselheiro Moisés Moreira participa de seminário em Portugal
- Maior ataque de DDoS chega a 71 milhões de solicitações por segundo
- Anatel abre consulta pública para debater Regulamento Geral de Numeração

REFORMA TRIBUTÁRIA

- Haddad discute reforma tributária com empresários em jantar do grupo Esfera
- Haddad: Reoneração de 'barbaridades' prepara terreno para reforma tributária

Grupo de trabalho da Câmara terá 90 dias para elaborar parecer à reforma tributária

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Advogado-geral da União defende regulamentação do lobby

Ideia é fortalecer agências reguladoras, diz autor de emenda criticada por entidades

Escolhida por Tebet, economista Luciana Servo assume o Ipea

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Dívida pública estável exigiria superávit primário de 3,8% em 2023 e de 1,5% entre 2024 e 2031, diz IFI

PIB per capita é o maior desde 2014, mas produtividade é a pior desde 2009, diz FGV Ibre

Juros elevados retraíram economia no 4º trimestre de 2022

Ganhos institucionais precisam ser mantidos; combinar política fiscal com programas sociais é importante, diz Campos Neto

'Lamento se autoridade monetária se deixar levar por ruídos; comunicação com BC é diária', diz Haddad

Alckmin endossa Lula e diz que juros precisam baixar para fazer economia voltar a crescer

Economia cresceu 2,9% em 2022, após expansão de 0,2% em dezembro, aponta Monitor do PIB da FGV

Global Money Week (GMW) 2023 já tem data marcada: 20 a 26/3

Inscrições abertas para o maior programa de aceleração de startups da América Latina

76% concordam com política de Lula para baixar juros, diz Quaest

Haddad: mudança na meta de inflação não está na pauta do CMN

Haddad e OAB fecham acordo sobre mudanças no Carf

Curva de juros não reflete situação do país e Tesouro não vai cancelar especulação, diz secretário

Governo sela acordo para manter cobrança em caso de empate no Carf, mas livre de multa e juros

Lula vai buscar reorientação do Congresso na agenda econômica

JUDICIÁRIO

Dino vê Judiciário convocado ao ativismo e cobra regulação das redes sociais

TSE mantém inclusão de minuta de decreto de Estado de Defesa em ação de investigação contra Bolsonaro

ORÇAMENTO

Haddad diz que pode anunciar nova regra fiscal já em março

POLÍTICA

8 de Janeiro não representa eleitor de direita, diz Lira

Acordo com OAB sobre Carf não influencia Congresso, diz Lira

Lira critica 'tratativas públicas' sobre Banco Central e diz que Lula e Campos Neto 'vão saber dialogar'

Projetos de lei tentam reduzir impacto bilionário de "quebra" de sentenças definitivas

Lira propõe exigir quórum qualificado em julgamentos no STF sobre questões tributárias

Lira afirma que prioridade é reforma tributária, e não revisão de reformas já aprovadas pelo Congresso

Texto radical para um lado ou para outro não terá apoio, diz Lira sobre nova âncora fiscal

Câmara aprova dois acordos internacionais

CPI dos atos do dia 08 seria 'redundante' e pode tirar força da reforma tributária, afirma Dino

Ninguém está propondo 'cavalo de pau' para baixar juros, diz líder do PT na Câmara

Disputa por comando da Comissão de Orçamento emperra acordo entre líderes na Câmara

União Brasil já tem cargos demais, diz Randolfe

Com Pacheco e Lira, governadores tentam avançar em acordo com União

PL fará Observatório da Oposição para bancada contra Lula

Partido Republicano da Ordem Social (PROS) é incorporado ao Solidariedade

Comissões que fiscalizam governo são mais cobiçadas na Câmara

Câmara aprova MP sobre benefício fiscal para remessa de recursos ao exterior

RELAÇÕES EXTERIORES

Câmara aprova acordo entre Brasil e Uruguai contra bitributação

Lula buscará investimento em energia, infraestrutura e saúde em viagem à China, diz Alckmin

TRABALHISTA

Com mercado de trabalho mais adverso, Nordeste tem população mais feliz no emprego, aponta FGV Ibre

DESTAQUES

Minicom terá nova regra para R\$ 1,2 bilhão do FUST em 100 dias

Poder Executivo | 15/02/2023

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, fez na quarta, 15, uma apresentação sobre as prioridades da pasta. Na lista, velhos temas, como postes e Seac, mas também novos, como TV 3.0 e a reta final das concessões do STFC. Entre os pontos de maior destaque, o ministro prometeu uma nova regra para o uso de R\$ 1,2 bilhão em dinheiro do FUST. “Ainda não está definido como será a aplicação dos recursos. Havia uma discussão no antigo comitê gestor, que será revisada pelo novo comitê e discutir junto com o BNDES os critérios para o acesso a esses recursos. Dentro dos 100 dias vamos publicar um novo edital do FUST. E dentro disso vai ter alguns compromissos dependendo do crédito, do valor, para levar conectividade a escolas”, afirmou Juscelino Filho. O novo ministro abriu na quarta-feira (15) o seminário Políticas de Telecomunicações, promovido pelo portal Teletime e pela Universidade de Brasília. Ao listar as prioridades, Juscelino Filho destacou a garantia da inclusão digital para todos, a ser objeto de um novo grupo de trabalho. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Regulação de redes sociais sai ainda neste semestre, afirma Cappelli

Poder Executivo | 15/02/2023

Designado interventor da segurança pública no Distrito Federal durante 24 dias, após os atos de 8 de setembro, o secretário-executivo acredita que a proposta do Executivo que regulamenta as redes sociais será aprovada pelo Congresso ainda neste semestre. “Dá para aprovar no primeiro semestre. Existe um clamor, uma necessidade de dar resposta à sociedade para os acontecimentos de 8 de janeiro. Neste momento, é possível formar maioria”, avalia Cappelli em entrevista exclusiva ao Congresso em FOCO. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

MCom lança editais para compor Conselho Consultivo da Anatel

Poder Executivo | 15/02/2023 – 10h

O Ministério das Comunicações (MCom) publicou edital para obter indicações de candidatos ao Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Os certames foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) de quarta-feira (15). Pelos documentos, as entidades têm até 30 dias corridos enviar os nomes que possam atuar como conselheiros, representando entidades dos usuários, da sociedade e de classe das prestadoras. Para essas vagas, estão disponíveis, ao todo, quatro cadeiras. “Iremos avaliar os nomes e reuni-los em uma lista tríplice de indicação para cada cadeira e, na sequência, enviarei à Presidência da República”, explicou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Das quatro vagas, três terão mandato até 16/02/2026 e a outra (uma das cadeiras que representam os usuários) terá mandato até 16/02/2024. Outras duas cadeiras, que representam a Câmara dos Deputados, também estão em aberto. Uma com mandato até 16/02/2024 e a outra até 16/02/2026. Mas, nestes casos, não é necessária lista tríplice: o Ministério da Comunicações envia um ofício à Casa, informando a existência da vacância e solicita a indicação dos representantes. Os nomes serão submetidos à pesquisa prévia no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc). Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Unesco convida Lula para fórum que debate a internet

Poder Executivo | 14/02/2023 – 18h34min

A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) convidou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para participar do fórum internacional “Internet for Trust” (em tradução livre, Internet pela Verdade). O ministro Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), e o influenciador Felipe Neto também receberam convites

para palestrar no evento. O fórum será realizado de 21 a 23 de fevereiro na sede da organização em Paris (França). Serão discutidos temas relacionados a internet, dentre eles a participação governamental e da sociedade civil em regulamentar a rede. Leia a [íntegra](#) das diretrizes do evento. Lula já declarou ser favorável a uma regulamentação da mídia e das redes sociais em diversas oportunidades. Em 2 de fevereiro, o presidente voltou a tocar no assunto e disse que a iria levar a discussão ao G20. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCom estuda nova política de universalização da Internet, mas não haverá subsídios Mercado | 15/02/2023 – 10h53min

Em uma das primeiras manifestações públicas à frente do Ministério das Comunicações, o ministro Juscelino Filho destacou que os primeiros 100 dias do governo Lula trarão grande foco em políticas de promoção de universalização de conectividade. O ministro disse durante o Seminário Políticas de Telecomunicações na quarta-feira, 15, na Finatec na UnB, que o governo está estruturando um grupo para construir uma nova proposta de política pública para levar a banda larga. Essa política será feita em dois eixos: conectividade significativa e letramento digital. Porém, ele afirmou durante o evento, realizado por TELETIME em parceria com o Centro de Políticas, Direito, Economia, Tecnologia e Comunicações (CCOM) da UnB, que isso não seguirá programas como o Lifeline nos Estados Unidos – ou seja, não haverá subsídio à população. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ceará terá 7000 mil km de fibra óptica e prepara compra de nuvem privada Poder Executivo | 15/02/2023

Considerado um modelo para os outros Estados pelos investimentos em TIC, o Ceará trata a fibra óptica como um ativo estratégico, revela o diretor de Operações da Etice, empresa pública de TIC, Osman Lima. "Fibra óptica é um ativo estratégico. Não se faz TI, se não tiver rede. Sem rede, não se faz nada e com rede se pode tudo", declarou à CDTV, do portal Convergência Digital, durante reunião da ABEP TIC, em Brasília. O projeto do Ceará com fibra óptica começou em 2007, batizado de Cinturão Digital. Osman Lima conta que, hoje, o estado possui 5800 km de rede própria, mas o projeto - depois de uma parceria com a iniciativa privada que não trouxe os resultados esperados - é de chegar a 7000 mil km para interligar os 184 municípios. "O alto índice de eficiência da educação cearense, em primeiro lugar no país, só acontece porque existe rede para interconectar as escolas e levar banda larga para alunos e professores", observa Lima. O estado também foi pioneiro no uso da computação em nuvem. A aposta é em um projeto de nuvem híbrida e multicloud. Hoje o Ceará tem entre os seus fornecedores a AWS, a Google e a Oracle e prepara uma licitação de nuvem privada, para a aquisição de máquinas como serviço. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cade sedia seminário internacional sobre defesa da concorrência Poder Executivo | 14/02/2023 – 18h46min

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em parceria com a American Bar Association (ABA) Antitrust Law Section, sediou, na terça-feira (14), o 2023 Antitrust Global Seminar Series. Especialistas em defesa da concorrência se reuniram, no plenário da autarquia, para debater questões atuais sobre o setor de tecnologia no Brasil e América Latina. A abertura do evento, que integrou a programação do Programa de Intercâmbio do Cade, o PinCade, foi conduzida pelo presidente da autoridade brasileira de defesa da concorrência, Alexandre Cordeiro, e pelo diretor da divisão antitruste da ABA, Hartmut Schneider. Em seu discurso, Cordeiro relembrou a edição do Antitrust Global Seminar Series realizada no Cade

em 2018 e destacou a importância da interlocução entre a autarquia e outras instituições como a ABA. "O Cade tem uma relação história com a ABA. E essa interação, não apenas do Cade, como também da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) com a ABA, eleva a importância do Direito Concorrencial no Brasil e na América Latina", avaliou Cordeiro. Fonte: ASCOM CADE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Em 40 dias, MCom instala 282 pontos de internet do Wi-Fi Brasil

Poder Executivo | 15/02/2023 – 15h15min

Alunos de 265 escolas públicas espalhadas pelo país retornam às aulas, em fevereiro, com internet gratuita banda larga via satélite e por conexões terrestres disponível. É que o Ministério das Comunicações (MCom), por meio do Programa Internet Brasil, instalou pontos de acesso nestas instituições de ensino no início deste ano. No total, nos primeiros 40 dias de governo, foram entregues 282 conexões de internet em 19 estados. A grande maioria foi encaminhada para municípios na região Nordeste (216). "Possibilitar que as escolas públicas tenham internet nas regiões em que têm os menores índices de desenvolvimento do nosso país é um dos objetivos do Wi-Fi Brasil. Queremos cada vez mais promover a inclusão digital e social da nossa população, a começar pelas crianças, para que tenham uma educação de qualidade, promovendo desenvolvimento e garantindo oportunidades", destacou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TikTok relata 10,5 mil vídeos derrubados em 8/1

Mercado | 15/02/2023 – 14h51min

O TikTok afirma ter derrubado 10.442 vídeos que incitaram violência, terrorismo e desinformação durante os ataques bolsonaristas de 8 de janeiro e nos dias posteriores. É a única empresa, até agora, que divulgou dados internos sobre os ataques. Em documento entregue ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o aplicativo disse que removeu 1.304 vídeos que violaram sua política de extremismo violento (que engloba incitação à violência e terrorismo), 5.519 que feriram a diretriz de "desinformação com riscos de danos no mundo real" e 3.614 conteúdos que infringiram as regras sobre desinformação eleitoral. O período contabilizado foi de 8 a 15 de janeiro. Segundo o TikTok, apenas 5 URLs foram removidas a partir de demandas do STF (Supremo Tribunal Federal) no período. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Universalização da conectividade e atualização das regras para radiodifusão estão entre prioridades, diz ministro

Poder Executivo | 15/02/2023 – 12h57min

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, participou, na quarta-feira (15), em Brasília, do Seminário Políticas de Telecomunicações. O evento foi promovido pelo Portal Teletime e reuniu cerca de 300 especialistas do setor no auditório da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), na Universidade de Brasília (UnB). O representante da Pasta abordou as perspectivas das políticas setoriais no novo governo e a agenda regulatória que será desempenhada durante a sua gestão. Na ocasião, o ministro destacou a atuação para construir um Plano Nacional de Inclusão Digital que tenha um impacto na vida das pessoas. "A inclusão digital terá total atenção na nossa gestão. Não é possível exercer a cidadania sem a conectividade digital", afirmou Juscelino Filho. "Estamos iniciando estudos para uma política nacional de inclusão digital pautada em dois eixos: conectividade significativa e universal e promoção das habilidades digitais", reforçou. Além

disso, o ministro lembrou que o Ministério das Comunicações (MCom) permitiu o repasse de R\$ 1,2 bilhão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) visando financiar projetos para o setor, incluindo ações que promovam a conectividades para escolas. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselheiro Moisés Moreira participa de seminário em Portugal

Poder Executivo | 15/02/2023 – 09h39min

O conselheiro Moisés Moreira, vice-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), participou no dia 13/2 do painel “O Novo Cenário de Competição na Indústria de Mídia: Assimetrias, Marco Regulatório das Big Techs e Outras Iniciativas”, realizado durante o 1º Seminário Luso-Brasileiro de Radiodifusão, em Lisboa, Portugal. O seminário foi promovido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) no dia em que se comemora o Dia Mundial do Rádio, na Casa da América Latina, na capital portuguesa, e homenageou os cem anos do rádio no Brasil, o bicentenário da Independência brasileira e os 60 anos da Abert, com palestras e debates sobre temas de interesse do setor de radiodifusão dos dois países. O painel do qual participou o vice-presidente da Anatel foi mediado por Roberto Franco, vice-presidente Institucional do Grupo SBT, e contou com a participação de João Cadete de Matos, presidente da Autoridade Nacional de Comunicações de Portugal (Anacom), e Ricardo Castanheira, representante português na Comissão Europeia. O seminário foi aberto por Juscelino Filho, ministro de Estado das Comunicações do Brasil; Pedro Adão e Silva, ministro de Estado da Cultura de Portugal; Flávio Lara Resende, presidente da Abert; e Antônio Carlos da Silveira Pinheiro, presidente da Funcex. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Maior ataque de DDoS chega a 71 milhões de solicitações por segundo

Mercado | 15/02/2023

Uma onda de ataques DDoS hipervolumétricos foi bloqueada, inclusive o considerado maior ataque distribuído de negação de serviço (DDoS) realizado até o momento com 71 milhões de solicitações por segundo, revela a empresa de segurança cibernética Cloudflare. “A maioria dos ataques atingiu o pico de 50 milhões a 70 milhões de solicitações por segundo [rps], com o maior excedendo 71 milhões de rps”, disseram Omer Yoachimik, Julien Desgats e Alex Forster, da equipe de pesquisadores de segurança da Cloudflare. “Este é o maior ataque HTTP DDoS já registrado, mais de 35% acima do recorde anterior de 46 milhões de rps em junho de 2022(registrado pelo Google)”, adicionaram. Os ataques foram lançados usando mais de 30 mil endereços IP de vários provedores de nuvem contra vários alvos, incluindo provedores de jogos, plataformas de computação em nuvem, empresas de criptomoedas e provedores de hospedagem. Fonte: ABRANET

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel abre consulta pública para debater Regulamento Geral de Numeração

Poder Executivo | 14/02/2023

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) abriu a [Tomada de Subsídio nº 15](#), relacionada com a iniciativa de realizar Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) de temas do Regulamento Geral de Numeração (RGN). As contribuições devem ser feitas pelo [Participa Anatel](#) até o dia 27 de março. Segundo a agência, a importância de se monitorar a efetividade de ações normativas está relacionada com a garantia da qualidade regulatória, evitando-se a permanência de regras que não sejam eficazes, ou para a identificação de impactos não

previstos inicialmente e que podem ser prejudiciais aos envolvidos, caso a regulamentação não seja alterada, e ainda para demonstrar os benefícios de determinada ação. O RGN decorreu do projeto de reavaliação pela Anatel da regulamentação de numeração, com o objetivo de adequar as regras referentes à administração e utilização dos recursos de numeração às necessidades atuais e à constante evolução do setor de telecomunicações.

Fonte: ABRANET

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad discute reforma tributária com empresários em jantar do grupo Esfera

Poder Executivo | 15/02/2023 – 15h48min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e integrantes de sua equipe participarão de um jantar promovido pelo grupo Esfera Brasil, na noite de quarta (15), em Brasília. Foram convidados em torno de 50 empresários para o evento. Um dos temas prioritários será a reforma tributária. Além de Haddad, já confirmaram presença o secretário-executivo do ministério, Gabriel Galípolo; o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas; o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy; e a subprocuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida. O compromisso não consta nas agendas oficiais. Idealizado pelo empresário João Carlos Camargo, o grupo Esfera Brasil tem sido um dos principais interlocutores do empresariado na discussão junto à Fazenda de soluções para litígios no Carf. No jantar, são aguardados alguns dos principais representantes do PIB brasileiro. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad: Reoneração de 'barbaridades' prepara terreno para reforma tributária

Poder Executivo | 15/02/2023 – 12h11min

A reforma tributária é estratégica para diminuir os litígios no país e eliminar distorções de benefícios tributários, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em debate promovido pelo BTG na quarta-feira (15), Haddad disse que está desfazendo "barbaridades" cometidas pelo governo de Jair Bolsonaro em desonerações e com isso já está preparando o terreno para a reforma tributária. "Despesas tributárias estão entre as maiores causas de distorções no país", argumentou. Como não há sistema tributário coerente, você tem um monstro em que vai se colocando parafusos e ninguém nota". O problema macro é construído a partir de pequenas distorções, segundo o ministro. A regulamentação do PIS/Cofins, citou, tem 800 artigos que podem ser interpretados de diferentes formas. "Vamos ter que fazer súmulas para evitar litígio tributário; temos 100 mil processos no Carf; Hoje eu assino portaria regulamentando a Receita para disciplinar atuação do auditor", anunciou. Ao regulamentar esta atuação, o ministro disse que não pretende estimular autos de infração, mas garantir que a concorrência possa funcionar e que o sonegador contumaz não leve vantagens. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Grupo de trabalho da Câmara terá 90 dias para elaborar parecer à reforma tributária

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 11h55min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), criou na quarta-feira (15) grupo de trabalho para tratar da reforma dos impostos sobre consumo e estabeleceu prazo de 90 dias para que o colegiado elabore um parecer sobre o tema. Com isso, a conclusão das discussões no grupo deve acabar na primeira quinzena de maio. Depois disso, é preciso

submeter o texto das propostas de emenda constitucional (PECs) ao plenário, em dois turnos de votação. O grupo será composto por apenas 12 integrantes, sem respeitar a proporcionalidade do tamanho das bancadas. Com isso, PT e PL, com mais de 80 deputados, terão um representante no colegiado, mesmo número do Psol, que tem apenas 14 deputados no geral. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Advogado-geral da União defende regulamentação do lobby

Poder Executivo | 15/02/2023 – 12h21min

O ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), Jorge Messias, defende a regulamentação do lobby como uma forma de reverter a imagem pejorativa que envolve a atividade e dar transparência às relações governamentais. Em reunião na terça-feira (14) com a diretoria da Abrig (Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais), o ministro afirmou que a relação entre os setores público e privado é fundamental para a democracia e para a elaboração de políticas públicas. De acordo com relatos, ele disse que trabalharia para incluir a busca pela regulamentação no balanço dos 180 dias de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A Câmara dos Deputados aprovou um projeto em novembro do ano passado sobre o tema, após 15 anos de debates. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ideia é fortalecer agências reguladoras, diz autor de emenda criticada por entidades

Poder Executivo | 15/02/2023 – 05h

A Emenda 54, como ficou conhecida a proposta de criação de conselhos temáticos para fiscalização do trabalho das agências reguladoras, não tem o objetivo de enfraquecer as instituições, afirmou o deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE) ao Valor. Autor da emenda anexada ao projeto de lei de conversão da Medida Provisória 1.154/2023, que autoriza a reorganização do Poder Executivo, Forte disse que a intenção é de criar uma instância superior para fiscalizar a atuação das agências, como acontece atualmente no Poder Judiciário, com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Ministério Público, com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que verificam o trabalho das instituições sem retirar autonomia delas. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Escolhida por Tebet, economista Luciana Servo assume o Ipea

Poder Executivo | 15/02/2023 – 06h19min

A economista e servidora de carreira Luciana Servo é a nova presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Sua nomeação foi publicada na edição da quarta-feira (15) do "Diário Oficial da União (DOU). Luciana foi anunciada no cargo pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, no dia 20 de janeiro. O Ipea é uma fundação pública vinculada à pasta comandada por Tebet. O instituto tem como função realizar pesquisas e estudos sociais e econômicos, dando apoio técnico e institucional ao governo na avaliação, formulação e acompanhamento de políticas públicas. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Dívida pública estável exigiria superávit primário de 3,8% em 2023 e de 1,5% entre 2024 e 2031, diz IFI

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 15h43min

A manutenção da dívida pública no atual patamar exigiria do governo central um superávit primário anual de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2024 e 2031. O cálculo é da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado, e faz parte do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de fevereiro, divulgado na quarta-feira (15). O cenário de estabilidade apresentado pela IFI leva em conta um crescimento médio de 1,9% do PIB e taxa de juros reais implícita da dívida de 3,9%, sempre em termos anuais entre 2024 e 2031. Nesse caso, de acordo com a instituição, a dívida bruta do governo geral (DBGG) permaneceria nos atuais 73,5% do PIB no período. A DBGG é considerada por diversos economistas o principal indicador de estoque da dívida pública. Para 2023, no entanto, o esforço necessário para manter a DBGG estável seria ainda maior: superávit de 3,8% do PIB, levando em conta projeções de crescimento de 0,9% do PIB e taxa de juros implícita de 6,1%. A IFI não projeta, porém, estabilidade da dívida em seu cenário principal. As estimativas são que a DBGG subirá para 78,7% no fim deste ano e 82,3% no fim do ano que vem, sempre em relação ao PIB. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PIB per capita é o maior desde 2014, mas produtividade é a pior desde 2009, diz FGV Ibre

Mercado | 15/02/2023 – 13h59min

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro por habitante ficou em R\$ 45.706, em 2022, maior patamar desde 2014, quando somou R\$ 47.566, segundo Claudio Considera, coordenador do núcleo de contas nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), que divulgou na quarta-feira (15) seu Monitor do PIB, com suas estimativas para a atividade econômica em dezembro e no ano passado fechado. Em termos monetários, o FGV Ibre estima que o PIB brasileiro ficou em R\$ 9,82 trilhões, no ano passado. Com base na população estimada de 214,828 milhões de pessoas ao término de 2022, segundo projeção do IBGE, foi feito o cálculo do chamado PIB per capita. Em contrapartida, a produtividade da economia brasileira, ao término de 2022 na leitura do Monitor, encerrou em R\$ 85.105, o pior resultado na série desse dado, para o Monitor, desde 2009 (R\$ 84.674). Considera lembrou que desempenho mais fraco em produtividade, no ano passado, já tinha sido antecipado em diferentes pesquisas do FGV Ibre. “Infelizmente, a produtividade continuou ruim”, comentou ele. Também no Monitor, a taxa de investimento da economia em 2022 ficou em 19,9% em 2022; menor que a de 2021 (20,2%). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Juros elevados retraíram economia no 4º trimestre de 2022

Mercado | 15/02/2023 – 13h08min

Os patamares elevados de juros e de endividamento das famílias desaceleraram a economia em 2022 e causaram uma retração de 0,2% no Produto Interno Bruto do quarto trimestre, avaliou quarta-feira (15) a Fundação Getúlio Vargas, na pesquisa Monitor do PIB/FGV. A estimativa da FGV é que o resultado anual de 2022 apresentou crescimento de 2,9% na economia. A fundação considera a variação um bom resultado, apesar de marcado pela desaceleração ao longo do ano. A coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, destaca que o setor de serviços contribuiu com mais de 80% do desempenho da economia no ano passado, com destaque para setores como atividades de alojamento, alimentação, saúde privada, educação privada, serviços prestados às famílias e às empresas. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ganhos institucionais precisam ser mantidos; combinar política fiscal com programas sociais é importante, diz Campos Neto

Poder Executivo | 15/02/2023 – 12h31min

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou na quarta-feira (15) que os “ganhos institucionais” do país nos últimos anos são “importantíssimos” e “precisam ser mantidos”. A afirmação foi feita em discurso durante sessão solene do Congresso para comemorar os 130 anos do Tribunal de Contas da União (TCU). “Os avanços nos ganhos institucionais precisam ser mantidos. Os avanços institucionais que o país teve nos últimos anos são importantíssimos”, disse. “A gente vê ao longo das conversas com investidores quantas vezes era enfatizado cada ganho institucional que o país teve. É muito importante não retroceder. A transparência e a eficiência geram credibilidade.” No discurso, Campos afirmou que o “grande desafio hoje é como atingir crescimento sustentável e inclusivo”. Segundo ele, é isso “que move o Banco Central, em parceria com o TCU”. Ele também defendeu a importância de “acelerar” medidas do BC com “foco no social”, dinamizar o mercado de capitais e “avançar” na agenda de sustentabilidade. “O governo precisa dar o exemplo”, disse. Por fim, afirmou que combinar política fiscal com programas sociais “é o importante”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

'Lamento se autoridade monetária se deixar levar por ruídos; comunicação com BC é diária', diz Haddad

Poder Executivo | 15/02/2023 – 12h18min

O Banco Central precisa olhar fundamentos e não pode se deixar levar por ruídos, afirmou há pouco o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em debate promovido pelo BTG, o ministro reforçou a necessidade de harmonia entre as políticas fiscal e monetária, assegurou que o diálogo com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, nunca foi interrompido, e voltou a dizer que, para destravar investimentos, o país precisará reduzir a taxa de juros. “Estou confiante porque a situação hoje é melhor do que um mês atrás, embora expectativas estejam contaminadas por ruído. Lamento se a autoridade monetária se deixar levar por isso. Não é esse o papel, de se deixar levar por ruído, tem que ir para o fundamento”, argumentou Haddad. “Você não pode tomar uma decisão com base na fantasia momentânea de um estresse.” Para o ministro, a crise na Americanas gerou um stress importante, que atinge um patamar macroeconômico à medida em que significa 0,5% do PIB. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Alckmin endossa Lula e diz que juros precisam baixar para fazer economia voltar a crescer

Poder Executivo | 15/02/2023 – 11h46min

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, endossou na quarta-feira (15) o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e defendeu que é preciso baixar os juros para fazer a economia brasileira voltar a crescer. Alckmin falou sobre o assunto, no Palácio do Itamaraty, depois de conduzir uma reunião com outros ministérios para tratar da viagem de Lula a China. Por ser vice-presidente, Alckmin tem como função conduzir os encontros da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), que trata das relações entre Brasil e China. “O Brasil, que estava isolado, passa a ser um protagonista importantíssimo na economia mundial. Então América Latina, EUA, China, União Europeia, África... nós temos 2% do PIB do mundo, 98% do comércio mundial está fora do Brasil. Nós temos que aproveitar todas as oportunidades

para gerar emprego, para fazer crescer economia e baixar os juros. Isso [baixar os juros] é muito importante para atrair investimentos e fazer a economia crescer", disse. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Economia cresceu 2,9% em 2022, após expansão de 0,2% em dezembro, aponta Monitor do PIB da FGV

Mercado | 15/02/2023 – 11h09min

A economia brasileira cresceu 2,9% em 2022, segundo o Monitor do PIB, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Apesar desse bom desempenho, a economia foi desacelerando ao longo do ano e, no quarto trimestre retraiu 0,2%. "O crescimento de 2,9% da economia em 2022 foi influenciado principalmente pelo setor de serviços, que contribuiu com mais de 80% para o bom desempenho da economia. O destaque foi a atividade de outros serviços, que engloba as atividades de alojamento, alimentação, saúde privada, educação privada, serviços prestados às famílias e às empresas. Esta atividade, que foi uma das que haviam apresentado as maiores perdas devido à necessidade de distanciamento social no período da pandemia, impulsionou o PIB de 2022 graças a normalização das atividades sociais e aos estímulos fiscais dados a economia. Apesar deste desempenho positivo, outra característica marcante de 2022 foi a desaceleração do crescimento ao longo do ano. Em consequência dos patamares elevados de juros e de endividamento das famílias o quarto trimestre do ano encerrou com queda", diz Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, em comentário no relatório. Na análise trimestral, o Produto Interno Bruto (PIB) calculado pelo FGV Ibre apresentou, na série com ajuste sazonal, retração de 0,2% no quarto trimestre, em comparação ao terceiro trimestre. Na análise interanual, o PIB apresentou crescimento de 1,9% no quarto trimestre de 2022. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Global Money Week (GMW) 2023 já tem data marcada: 20 a 26/3

Poder Executivo | 15/02/2023 – 09h40min

Planeje seu dinheiro, plante seu futuro será o tema da 11ª edição da [Global Money Week \(GMW\)](#), que será realizada de 20 a 26/3/2023 e oferecerá palestras, oficinas, lives, debates e outras atividades gratuitas e em formatos online, presencial e híbrido. O foco deste ano é tratar da sustentabilidade e da conscientização sobre as implicações do comportamento financeiro individual no futuro financeiro, no meio ambiente e na sociedade. Os participantes da GMW podem usar este tema para desenvolver atividades envolvendo sustentabilidade, finanças sustentáveis e, de forma mais ampla, a importância das considerações de sustentabilidade social, econômica e financeira de longo prazo nas decisões financeiras. Fonte: ASCOM CVM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Inscrições abertas para o maior programa de aceleração de startups da América Latina

Mercado | 15/02/2023

Estão abertas as inscrições para o InovAtiva Brasil e para o InovAtiva de Impacto Socioambiental, programas de aceleração de negócios inovadores do InovAtiva, política pública de apoio ao empreendedorismo inovador no Brasil. Os empreendedores interessados podem se inscrever gratuitamente pelo site até o próximo dia 9 de março. A iniciativa conta com o apoio do Sebrae. Maior programa de aceleração de startups da América Latina, o InovAtiva Brasil vai selecionar até 220 negócios de todo o país, que estejam nas fases de validação, operação e tração para a primeira edição do ano. Já o InovAtiva de Impacto Socioambiental, focado em empresas com missão de gerar impacto social ou ambiental positivo, vai escolher até 60 startups. Ambos os programas são de abrangência nacional e

oferecem capacitação, conexão e mentorias aos participantes de forma completamente gratuita. Fonte: ANPROTEC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

76% concordam com política de Lula para baixar juros, diz Quaest

Poder Executivo | 14/02/2023 – 23h55min

A maioria (76%) dos brasileiros acredita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) “está certo em tentar forçar a queda da taxa de juros”, enquanto só 14% disse que não concorda com o petista. Os números são da pesquisa Genial/Quaest divulgada na 3ª feira (14.fev.2023). Em 1º de fevereiro, o BC (Banco Central) [decidiu](#), por unanimidade, manter a taxa básica, a Selic, em 13,75% ao ano. A medida foi criticada por Lula mais de uma vez. Em uma das ocasiões mais recentes, o atual presidente [afirmou](#) que o país tem a “cultura” de juros altos e chamou de “vergonha” o aumento da taxa. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad: mudança na meta de inflação não está na pauta do CMN

Poder Executivo | 14/02/2023 – 21h48min

Uma eventual mudança na meta de inflação para 2023 ainda não está na pauta do Conselho Monetário Nacional (CMN), disse na terça-feira (14) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na quinta-feira (16), o órgão fará a primeira reunião do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Existe uma coisa chamada Comoc [Comissão Técnica da Moeda e do Crédito], que define a pauta do CMN”, disse o ministro a jornalistas na portaria do Ministério da Fazenda. Ele deu a declaração antes de sair para encontro com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. Por tradição, o Comoc reúne-se na véspera da reunião do CMN. Encarregado de decisões sobre crédito, meta de inflação e regulações sobre instituições financeiras, o CMN é formado pelo ministro da Fazenda; pela ministra do Planejamento, Simone Tebet; e pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Para 2023, a meta de inflação oficial está em 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad e OAB fecham acordo sobre mudanças no Carf

Poder Executivo | 14/02/2023 – 21h27min

Após um mês de discussões, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) fecharam na terça-feira (14) acordo sobre a medida provisória com as mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O ministro aceitou a proposta encaminhada pela entidade para isentar de multa e de juros o contribuinte (geralmente grandes empresas) derrotado pelo voto de desempate do governo nos julgamentos do órgão. O acordo foi fechado em reunião entre Haddad e o presidente da OAB federal, José Alberto Simonetti. Por volta das 17h, os dois levaram a proposta ao ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator de ação da OAB que questiona o retorno do voto de qualidade do governo no Carf, órgão da Receita Federal que julga dívidas tributárias na esfera administrativa. No mês passado, Haddad anunciou a retomada do voto de qualidade do governo no Carf, como parte do pacote fiscal que pretende reduzir o déficit nas contas públicas para até R\$ 100 bilhões neste ano. Até 2020, o governo tinha poder de desempate em julgamentos no Carf, possibilidade que foi perdida após a aprovação de uma medida provisória. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Curva de juros não reflete situação do país e Tesouro não vai chancelar especulação, diz secretário

Poder Executivo | 14/02/2023 – 20h43min

O Tesouro Nacional não está emitindo o volume de títulos de dívida pública que poderia porque não está disposto a aceitar as taxas solicitadas pelo mercado, disse na terça-feira (14) o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, acrescentando que a atual curva de juros não reflete os fundamentos da economia brasileira. "Acho que o país tem uma estrutura econômica, mesmo fiscal, que não é compatível estruturalmente com a precificação que nós estamos observando hoje na nossa curva de juros", disse ele em entrevista à Reuters. "Ninguém quer ficar forçando o mercado, mas não tem que simplesmente chancelar passivamente, ainda mais em momentos de estresse", acrescentou. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo sela acordo para manter cobrança em caso de empate no Carf, mas livre de multa e juros

Poder Executivo | 14/02/2023 – 20h26min

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) selou um acordo para livrar contribuintes de pagar juros e multas em caso de empate nos julgamentos administrativos envolvendo dívidas tributárias. A expectativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), é conseguir, com isso, preservar o chamado voto de qualidade do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), que garante à Fazenda a manutenção das cobranças quando há empate —ainda que o acerto signifique conceder descontos no pagamento dos débitos. A negociação, proposta por empresários e avalizada por Haddad, busca evitar um revés do governo na discussão do pacote econômico com o Congresso Nacional. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula vai buscar reorientação do Congresso na agenda econômica

Poder Executivo | 14/02/2023 – 19h32min

Dois disparos feitos por Lula nas últimas semanas ressoaram no Congresso. Primeiro, o presidente chamou de "bobagem" a autonomia do Banco Central, que recebeu aval dos parlamentares em 2021. Depois, ele disse que tópicos da privatização da Eletrobras, aprovada no mesmo ano, eram "quase uma bandidagem". O Congresso que Lula terá do outro lado da rua é praticamente o mesmo que deu sinal verde à agenda econômica de Jair Bolsonaro. Ainda que a aliança do PT tenha ganhado cadeiras, partidos perfilados à direita preservaram força na nova legislatura. Os mesmos presidentes da Câmara e do Senado continuam no poder. Lula tem nas mãos um cardápio extenso de cargos e verbas para construir uma maioria que atue a seu favor no Congresso, mas o petista também depende de um realinhamento das bancadas na economia. Dentro de sua base, parlamentares da União Brasil, do MDB e do PSD de Rodrigo Pacheco vêm emprestando votos para uma agenda liberal desde o governo Michel Temer, assim como o Republicanos, o PP de Arthur Lira e outras legendas do centrão.

Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Dino vê Judiciário convocado ao ativismo e cobra regulação das redes sociais

Poder Executivo | 15/02/2023 – 12h35min

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou na quarta-feira (15) que o Judiciário foi convocado ao ativismo pela sociedade. Ele também defendeu a regulação das redes sociais.

As declarações foram dadas durante evento promovido pelo banco BTG Pactual, em São Paulo, com moderação do ex-ministro da Defesa Nelson Jobim. "A pergunta é: o Judiciário é ativista porque quer ou é ativista porque é convidado a tanto. Mais do que convidado, convocado. Convocado por quem? Pela sociedade", disse. Dino citou como exemplo dois motivos para isso: a crise da política e a litigiosidade econômica. "É injusto a essas alturas atribuir ao Judiciário uma espécie de intromissão indevido no jogo político e jogo econômico. Eu diria que mais especialmente o Poder Judiciário foi conduzido a isso e posso afirmar que os resultados foram mais positivos que negativos". Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TSE mantém inclusão de minuta de decreto de Estado de Defesa em ação de investigação contra Bolsonaro

Poder Judiciário | 14/02/2023 – 20h55min

O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referendou na terça-feira (14), por unanimidade, a decisão que manteve a inclusão, em uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) contra o ex-presidente da República Jair Bolsonaro, da minuta de decreto de Estado de Defesa apreendida pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres. A decisão mantida na terça (14) foi proferida pelo corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, nos autos da Aije que questiona a reunião de Bolsonaro com embaixadores em 18 de julho do ano passado, quando colocou em dúvida a segurança das urnas eletrônicas. Ajuizada em agosto do ano passado, a ação defende a inelegibilidade do ex-presidente pela prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. Em um pedido de reconsideração, o PDT sustentou que a inclusão da minuta apreendida "apenas complementa o núcleo fático" da Aije e reforça os "fatos essenciais já contemplados em linhas gerais na petição inicial". Fonte: ASCOM TSE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Haddad diz que pode anunciar nova regra fiscal já em março

Poder Executivo | 15/02/2023 – 11h26min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira (15) que, provavelmente, em março, vai anunciar o novo arcabouço fiscal. "Em março, provavelmente, vamos anunciar o que seja a regra fiscal adequada para o país. Já tínhamos puxado para abrir por causa da LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], mas Tebet [Simone] e Alckmin [Geraldo] ponderaram que era bom ter período de discussão", afirmou em evento realizado pelo BTG. Segundo o ministro, a equipe econômica está estudando há dois meses regras fiscais do mundo inteiro. "Nenhum país adota teto de gastos porque você não consegue atingir", destacou. "Tem que ser rigoroso e exigente, mas um ser humano tem que conseguir fazer aquilo. Quando você começa a projetar cenários irrealistas, vai perdendo credibilidade. O bom senso não é não ser exigente; vamos exigir eficiência, mas compreender que você não vai trazer de 6 para 3", disse. Para ele, existem "formas e formas de endereçar o assunto fiscal e o monetário, às vezes exige paciência". "Você não pode imaginar que tem a solução pronta, não é ciência exata", disse. "Na Economia, é importante saber como os outros vão reagir ao que você acha certo", complementou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

8 de Janeiro não representa eleitor de direita, diz Lira

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 15h56min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse na quarta-feira (15) que as invasões e vandalismo do 8 de Janeiro não representam os eleitores de direita. Em evento do banco BTG Pactual, o deputado afirmou que esse tipo de eleitor não existia no passado por vergonha do que defendia, mas que agora se posiciona. “Você hoje tem claramente definido um eleitor de esquerda, um eleitor de direita e alguns eleitores mais moderados. Mas você não tinha esse eleitor de direita no Brasil transparente, porque a visão da ditadura, a visão do cara de direita que era um cara que defendeu os abusos de 30 ou 40 anos atrás envergonhava o eleitor. Hoje não, ele se posiciona”, declarou. Lira também disse que os atos de vandalismo contra os prédios dos Três Poderes em janeiro tiveram impacto maior do que os danos patrimoniais. Segundo ele, o ataque foi subjetivo à democracia. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Acordo com OAB sobre Carf não influencia Congresso, diz Lira

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 14h39min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse na quarta-feira (15) que possível acordo do governo com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) não será referência para o Congresso em MP (Medida Provisória) do Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais). Em evento do banco BTG Pactual, o deputado afirmou que o debate na Câmara deve ser mais amplo que só o voto de qualidade. “Uma medida provisória no Congresso Nacional para tratar desse assunto não vai se fiar num acordo que aconteceu fora. Ele não é referência para a votação do Congresso. O que não quer dizer que os termos não sejam ou não possam ser aproveitados”, disse. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira (14) que o governo entrou em acordo com a OAB sobre mudanças relacionadas ao conselho. A União aceitou alterações no funcionamento do voto de qualidade, restabelecido na [Medida Provisória 1.160/2023](#), em 12 de janeiro. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira critica 'tratativas públicas' sobre Banco Central e diz que Lula e Campos Neto 'vão saber dialogar'

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 14h30min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), criticou, na quarta-feira (15), que as discussões acerca da gestão do Banco Central e as divergências entre seu presidente, Roberto Campos Neto, e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sejam tratadas publicamente. Lira também disse que não há razão para o que chamou de ações “incisivas” contra sobre o tema —dando a entender que é contra, por exemplo, convocar Campos Neto para comparecer diante do Congresso Nacional—, e defendeu que Lula e o presidente do banco “vão saber dialogar”. “Não tenho nenhum problema do presidente Roberto [Campos Neto] ir ao Congresso Nacional, ele só não deve ir por achismo, por problemas ideológicos, por situações de discussão que não tenham amparo, mas tenho certeza que se ele for, se houver um convite, pelas conversas que eu vi, pelas entrevistas que eu vi, ele vai e essas coisas se esclarecerão”, afirmou. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projetos de lei tentam reduzir impacto bilionário de “quebra” de sentenças definitivas

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 14h05min

O Legislativo começou a reagir ao recente julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que abriu caminho para a União cobrar bilhões de reais em tributos. Dois projetos de lei foram apresentados na Câmara dos Deputados até agora para tentar reduzir o impacto da decisão em que a Corte chancelou a “quebra” automática de decisões judiciais definitivas que autorizaram o não pagamento de impostos e contribuições. Cobrança de CSLL, de IPI na revenda de mercadorias importadas e de Cofins de sociedades uniprofissionais são algumas das teses em que contribuintes obtiveram sentenças favoráveis da Justiça, mas que o Supremo validou a exigência depois. No dia 7 de fevereiro, depois de três sessões, o STF definiu por unanimidade que decisões judiciais transitadas em julgado (quando não cabe mais recurso) deixarão de ter efeito sempre que houver um julgamento posterior da Corte em sentido contrário — em repercussão geral ou em sede de controle concentrado de constitucionalidade (ADI, por exemplo). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira propõe exigir quórum qualificado em julgamentos no STF sobre questões tributárias

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 13h56min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quarta-feira (15) que já tem duas propostas de emenda constitucional (PECs) e seis projetos de lei para tratar do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu a “quebra” de decisões judiciais definitivas sobre questões tributárias. Lira ainda defendeu modificar a legislação para que julgamentos como este exijam quórum maior de ministros para terem validade. “Essas questões, quando mexem numa amplitude do aspecto do investidor, das empresas, da vida financeira do país, mais uma vez, respeitando decisão judicial, mas por 6 a 5, fragiliza a decisão. Do meu ponto de vista deveria ter maioria super absoluta de três quintos do Supremo para uma tese pacificada”, afirmou Lira, ao participar de conferência do banco BTG Pactual, em São Paulo. O julgamento em questão, contudo, foi decidido por unanimidade dos ministros a favor de que as empresas e pessoas físicas devem pagar os impostos, mesmo que tenham obtido decisões judiciais que transitaram em julgado para não quitá-los, caso a posição da Corte seja no sentido de que o tributo é devido. O que foi decidido por 6 votos a 5 foi se essa decisão deveria ser modulada ou não. Se a proposta do presidente da Câmara vingar, o quórum exigido passaria a ser de 7 dos 11 ministros. “Tanto a Câmara, quanto o Senado têm muita responsabilidade sobre essa passividade da insegurança jurídica”, comentou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira afirma que prioridade é reforma tributária, e não revisão de reformas já aprovadas pelo Congresso

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 13h49min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que não há nenhum sentimento entre os parlamentares de rever votações de reformas já aprovadas no Congresso Nacional. Segundo ele, a legislação pode ser até aprimorada, mas não há como mudar radicalmente o que já foi aprovado há dois, três ou quatro anos pelos parlamentares, como a reforma trabalhista ou a autonomia do Banco Central, por exemplo. As afirmações foram feitas em evento promovido pelo banco BTG Pactual na quarta-feira (15). O presidente destacou que a pauta prioritária neste momento é a reforma tributária e que o governo, sobretudo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está com o foco na aprovação da proposta. Para Lira, qualquer avanço que ajude a desburocratizar e simplificar a cobrança de impostos no País é significativo. Ele defendeu a votação de uma reforma tributária possível.

Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Texto radical para um lado ou para outro não terá apoio, diz Lira sobre nova âncora fiscal

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 13h17min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quarta-feira (15) que a nova âncora fiscal do país, que substituirá o teto de gastos, precisa ser um “texto médio”, que concilie a responsabilidade fiscal com a preocupação social, sem “descambar” para nenhum dos lados. “Fizemos acordo para que o texto que vier tenha que ter um texto médio, que possa angariar apoio em base constitucional. Texto radical para um lado ou para outro não terá apoio”, disse, ao participar de conferência do banco BTG Pactual. No mesmo evento, horas antes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que vai antecipar para março o anúncio da nova regra fiscal. Lira disse que é preciso “construir” antes de rever legislações aprovadas recentemente, como a privatização da Eletrobras ou a reforma trabalhista. “Não ouço no parlamentar médio nenhum sentimento de fruição dessas matérias aprovadas”, disse. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara aprova dois acordos internacionais

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 12h55min

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na sessão deliberativa de quarta-feira (15), dois acordos internacionais. A Ordem do Dia já foi encerrada, e as duas propostas aprovadas seguem agora para análise do Senado. O [Projeto de Decreto Legislativo \(PDL\) 161/22](#), de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, aprova convenção entre Brasil e Uruguai, assinada em Brasília, em 2019, para eliminar a dupla tributação em relação à renda e sobre o capital e para prevenir a evasão e a elisão fiscais. Já o [PDL 168/22](#), também de autoria da representação, aprova acordo do Brasil com países do Mercosul e associados (Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia), assinado em 2019, para colaboração mútua em situações emergenciais onde não existir representação consular do país de origem dos cidadãos. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CPI dos atos do dia 08 seria ‘redundante’ e pode tirar força da reforma tributária, afirma Dino

Poder Executivo | 15/02/2023 – 12h40min

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou na quarta-feira (15) que uma eventual Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os atos de 8 de janeiro resultaria numa ação “redundante” que poderia tirar força do foco do Congresso na reforma tributária, tema de interesse do governo. O ministro falou rapidamente à imprensa em São Paulo, onde participou de um evento promovido pelo banco BTG Pactual. Depois de dizer que respeita a prerrogativa e a autonomia do parlamento, a “ponderação”, prosseguiu, “é que a investigação feita na quarta-feira (15) pela Polícia Federal, sob a supervisão do Ministério Público e atendendo a decisões do Poder Judiciário, atendem plenamente aos objetivos de investigação e de esclarecimento das autorias dos crimes”. A instalação de uma comissão parlamentar é defendida por integrantes da oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. “Então nós teríamos uma CPI redundante que talvez resultasse na perda de força em relação ao principal, sobretudo a reforma tributária que, ao nosso ver, é hoje estratégico para esse momento que o Brasil vive”, afirmou Dino. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ninguém está propondo 'cavalo de pau' para baixar juros, diz líder do PT na Câmara

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 12h23min

Líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR) afirmou na quarta (15) que o partido e o governo Lula propõem uma "forma responsável" para redução da Selic. O deputado nega que o objetivo seja rever a taxa atual de maneira açodada, mas reiterou a necessidade de se fazer o debate e de o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, dar explicações no Congresso. Zeca Dirceu, no entanto, sinaliza que pode abrir mão de uma convocação. "[76% dos brasileiros] acham que é correto o país fazer o movimento para, de forma responsável, de forma gradual, ir reduzindo a taxa de juros. Ninguém está propondo aventura, ninguém está propondo cavalo de pau, ninguém está propondo que se desconsidere o quanto é importante também controlar a inflação", afirmou Zeca Dirceu, em entrevista à CNN Brasil. O percentual citado pelo deputado consta em pesquisa Genial/Quaest divulgada na terça-feira (14). Dirceu está entre os quadros do PT que tem feito coro às críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Selic atual, de 13,75% ao ano. Na segunda-feira (13), o diretório do partido aprovou resolução para que Campos Neto seja convocado a dar explicações sobre a política monetária em comissões da Câmara e do Senado. No mesmo dia, o presidente do BC concedeu entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, em que disse estar aberto ao diálogo com o governo e disponível para ir ao Congresso explicar as razões dos atuais juros praticados.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Disputa por comando da Comissão de Orçamento emperra acordo entre líderes na Câmara

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 10h

Emperrou a definição sobre quem vai comandar as comissões temáticas da Câmara dos Deputados, colegiados por onde passam os projetos de lei e tratam de áreas de interesse tanto do governo como da oposição. O presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), tentou acertar com os líderes a divisão entre os partidos, mas não houve acordo. O principal entrave ainda está na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que define destinos sobre parte dos gastos do governo federal e que o PL de Jair Bolsonaro, partido com a maior bancada na Câmara, quer dar as cartas. Lira pretende se reunir com as legendas nos próximos dias, mas a expectativa é a de que uma resolução possa acontecer apenas depois do Carnaval. O comando da CMO é dividido entre o Senado e a Câmara. Uma Casa fica com a presidência e outra com o posto de relator-geral, função que na vigência do Orçamento Secreto tinha poder para indicar verbas bilionárias para bases eleitorais dos parlamentares. O União Brasil, terceiro maior partido na Casa, insiste em ter a relatoria geral da CMO. A sigla havia negociado isso com o presidente da Câmara. Mas deputados do PL afirmam que o partido não abrirá mão do posto. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

União Brasil já tem cargos demais, diz Randolfe

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 08h23min

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder do governo no Congresso, rebateu a cobrança do presidente do União Brasil, deputado Luciano Bivar (PE), por mais cargos no governo para garantir apoio às pautas do Planalto na Câmara e no Senado. "Esperamos ter entre 80 e 90% dos votos do União. Eles já têm muito nas mãos", disse Randolfe ao jornal O Globo, em entrevista publicada na manhã da 4ª feira (15). Hoje, o União Brasil está à frente dos ministérios do Turismo, com a ministra Daniela Carneiro, e das Comunicações, com Juscelino Filho. Também indicou o ministro Waldez Góes para a Integração Nacional. Embora filiado ao PDT, Góes é aliado do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e entrou na cota de nomeações do ex-presidente do Congresso. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)

Com Pacheco e Lira, governadores tentam avançar em acordo com União

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 05h

Governadores e representantes dos Estados participaram de reunião na terça (14) com Arthur Lira e Rodrigo Pacheco como parte do esforço, recomendado pelo STF, para firmarem um acordo com a União sobre como compensar a perda de arrecadação resultante de leis aprovadas no Congresso, no ano passado, patrocinadas por Jair Bolsonaro. As duas leis complementares tiveram impacto na arrecadação de ICMS sobre energia elétrica, combustíveis e telecomunicações. Foram incluídos nos textos medidas compensatórias, que não foram seguidas por Bolsonaro. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

PL fará Observatório da Oposição para bancada contra Lula

Poder Legislativo | 14/02/2023 – 21h30min

O PL criará uma estrutura para fiscalizar de forma permanente o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), fornecendo subsídios para a atuação de sua bancada no Congresso Nacional e de outros partidos contrários à atual administração federal. O Observatório da Oposição deverá começar a funcionar em março, com uma equipe ligada ao diretório nacional do partido. O partido ainda busca alguém para coordenar a nova estrutura. Outra função será receber denúncias de corrupção contra o governo Lula. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Partido Republicano da Ordem Social (PROS) é incorporado ao Solidariedade

Poder Judiciário | 14/02/2023 – 21h21min

Na sessão administrativa de terça-feira (14), o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deferiu, por unanimidade, o pedido de incorporação do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) pelo Solidariedade. Com a decisão, o PROS irá adentrar ao Solidariedade, deixando de existir. Os requisitos para os processos de incorporação estão previstos na [Resolução TSE nº 23.571/2018](#) e na Lei dos Partidos Políticos ([Lei nº 9.096/1995](#)). Conforme explicou o relator do processo, ministro Raul Araújo, os partidos incorporado e incorporador atenderam à norma de regência e não houve nenhum vício formal no processo que requereu a incorporação. Além disso, ressaltou, nos termos do parágrafo 7º do artigo 29 da Lei nº 9.096/1995, a legenda incorporadora fará jus à soma dos votos obtidos pelo incorporado nas Eleições de 2022 para a Câmara dos Deputados, “para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão”. Entretanto, conforme fixado pelo TSE em julgamento, o acesso ao Fundo Partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão está condicionado ao preenchimento das condições impostas pela cláusula de desempenho, prevista no artigo 3º, inciso II, da [EC nº 97/2017](#), não cabendo ao Tribunal decidir sobre o assunto no julgamento de terça (14). Essa verificação será realizada por ocasião do repasse dos recursos pela Justiça Eleitoral. Fonte: ASCOM TSE

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Comissões que fiscalizam governo são mais cobiçadas na Câmara

Poder Legislativo | 14/02/2023 – 20h31min

Líderes partidários começaram a discutir formalmente a divisão do comando das comissões da Câmara na 3ª feira (14). As comissões de Fiscalização e Controle, e Finanças e Tributação receberam 3 pedidos cada. Ambas dão a quem as controla o poder, na prática, de atrapalhar o governo, convocando ministros de todas as áreas e questionando ações do

Executivo. PT, PL, PSD e União disputam as presidências dos colegiados. Um almoço na residência oficial do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), serviu para colher os desejos de todos os partidos em relação às presidências de comissões permanentes. É comum as siglas marcarem posição política com esses primeiros pedidos. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara aprova MP sobre benefício fiscal para remessa de recursos ao exterior

Poder Legislativo | 14/02/2023 – 19h04min

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (14) a Medida Provisória 1138/22, que estabelece benefício fiscal sobre a remessa de recursos ao exterior, no limite de R\$ 20 mil mensais, para a cobertura dos gastos pessoais de brasileiros em viagens de turismo, negócios, serviço e treinamento ou em missão oficial. A MP será enviada ao Senado. Segundo a medida, a alíquota do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) nas operações é reduzida dos atuais 25% para 6% no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024. Ainda conforme a MP, a alíquota será elevada em 1 ponto percentual a cada ano seguinte, para 7% em 2025; 8% em 2026; e 9% em 2027. A MP foi aprovada sem mudanças, na forma do parecer do relator, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). Para ele, a redução dos tributos será importante para o setor de turismo voltar a competir com sites estrangeiros. O turismo foi um dos setores mais afetados pela pandemia de Covid-19. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Câmara aprova acordo entre Brasil e Uruguai contra bitributação

Poder Legislativo | 15/02/2023 – 14h08min

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (15) acordo do Brasil com o Uruguai para evitar a bitributação entre os dois países. O projeto contou com apoio de todos os partidos, em votação simbólica, e agora vai ao Senado Federal para ser ratificado. O texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais foi assinado em junho de 2019. Segundo mensagem encaminhada pelo Executivo, o tratado visa “eliminar ou minimizar a dupla tributação da renda e definir a competência tributária dos países contratantes em relação aos diversos tipos de rendimentos” e melhorar o ambiente de negócios. O compromisso com o Uruguai é estabelecer limites à tributação na fonte de dividendos, juros, royalties e serviços técnicos e de assistência técnica. Há também regras para intercâmbio de informações entre as respectivas administrações tributárias, “conforme os padrões internacionalmente aceitos, aspecto relevante na luta contra a evasão fiscal”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula buscará investimento em energia, infraestrutura e saúde em viagem à China, diz Alckmin

Poder Executivo | 15/02/2023 – 13h15min

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, afirmou na quarta-feira que a meta da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China será atrair mais investimentos e diversificar o comércio bilateral entre os dois países. Hoje, a China é o maior parceiro comercial do Brasil. O governo avalia que há “muitas oportunidades” para avançar mais na relação. — A meta é atrair mais investimentos, temos muitas possibilidades, energias renováveis, hidrogênio verde, infraestrutura, complexo da saúde área aeroespacial, educação, ciência e

tecnologia, agricultura, turismo. Não tem uma área que não possa ser implementada um aumento, diversificação do comércio bilateral — disse Alckmin. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Com mercado de trabalho mais adverso, Nordeste tem população mais feliz no emprego, aponta FGV Ibre

Poder Executivo | 15/02/2023 – 15h45min

Inserido em um mercado com mais informalidade e salários abaixo da média nacional, o nordestino apresenta maior nível de satisfação no emprego. A conclusão, que pode parecer contraintuitiva, na realidade está ligada à insegurança do trabalhador diante de oportunidades limitadas, aponta um levantamento da FGV Ibre. “Isso sugere que só ter uma ocupação já traz satisfação. A gente imagina que, em outras regiões, o safarro seja mais elevado”, afirma Rodolpho Tobler, economista da FGV/Ibre. Em um estudo inédito com recorte regional, a FGV/IBRE identificou que 77,5% dos nordestinos estão satisfeitos com seu atual trabalho, enquanto nacionalmente essa fatia é de 72,2%. No Sudeste, onde o mercado é mais dinâmico, os satisfeitos são apenas 66,2%. Entre os insatisfeitos, 37,7% dos nordestinos apontaram a alta carga de trabalho como principal causa. No Brasil, 21% apontaram este como motivo da infelicidade no emprego. Segundo Tobler, os números podem estar ligado a uma produtividade mais baixa na região. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br